

EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DO ASSENTAMENTO JOSÉ CONSTÂNCIO EM PALMEIRAIS(PI).

Autores: Dante Gomes Galvão¹; Me. Marcos Paulo Campos²

¹Estudante do Mestrado Profissional em Rede Nacional de Sociologia – PROFSOCIO – CCH-UVA; E-mail: dantegalvao@hotmail.com, ² Docente do Departamento de Ciências Sociais – CCH – UVA; E-mail: marcospaulo_campos@yahoo.com.br

Resumo: Pesquisa qualitativa que visa investigar a relação entre a educação formal, por meio da escola no campo, e o desenvolvimento local no Assentamento da Reforma Agrária José Constâncio, em Palmeirais-PI, considerando a melhoria na qualidade de vida dos assentados na perspectiva material e simbólica. Associar educação a desenvolvimento parece ser ponto pacífico nas análises sociais. A oferta do ensino público é percebida pela sociedade como um elemento motivador de melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, o que em muitos casos se convencionou chamar de desenvolvimento. Contudo, a importância dessa pesquisa está no fato de trabalhar com paradigmas diferenciados, quais sejam a Educação do Campo e o Desenvolvimento Local.

Palavras-chave: Assentamento, desenvolvimento local, educação do campo.

Introdução

O acesso à terra e o direito à educação são duas pautas da ordem do dia dos movimentos sociais do campo. Historicamente o Estado brasileiro tem sido demandado para atender, dentre várias, essas duas necessidades dos trabalhadores rurais, a primeira porque é a condição primordial para a própria existência dos sujeitos do campo e a segunda porque é compreendida como um viés catalizador para a melhoria de vida das pessoas, possibilitando acesso a algum tipo de desenvolvimento.

Esta pesquisa se propõe a investigar a contribuição da Unidade Escolar Luiz Fernando Borges do Nascimento, instalada no assentamento José Constâncio ao desenvolvimento da comunidade local, considerando a melhoria na qualidade de vida dos assentados na perspectiva material e simbólica, fortalecendo os elementos da cultura camponesa.

A justificativa para o projeto está no fato de proceder à análise de uma relação corriqueira – educação e desenvolvimento social – a partir de um enfoque diferenciado e adequado ao grupo social estudado: o da educação do campo e do desenvolvimento local.

Metodologia

A metodologia utilizada será a da pesquisa qualitativa, compreendendo que para esse tema o trabalho de campo é importante para conseguir uma aproximação com o que se quer investigar, bem como produzir o conhecimento partindo da realidade presente no campo, além de entender que é de suma importância para a pesquisa social a relação do pesquisador com os sujeitos a serem estudados. (NETO, 1994, p. 51-52).

A pesquisa busca aferir a percepção das famílias moradoras do Assentamento José Constâncio quanto aos impactos sociais produzidos na comunidade após o funcionamento da escola; investigar junto aos estudantes e egressos da escola seus anseios para além da formação escolar básica; e analisar a percepção dos jovens quanto à sua identidade e enquanto protagonistas no espaço do campo, associando à formação promovida pela escola. Para isso, a pesquisa se baseará principalmente na técnica de entrevistas abertas e semiestruturadas. Será através delas que os dados objetivos e subjetivos contidos nas falas dos sujeitos pesquisados serão obtidos, compreendendo que a entrevista:

Não significa uma conversa despreziosa ou neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (NETO, 1994, p. 57)

A entrevista semiestruturada é a técnica inicialmente estabelecida para a coleta dos dados, de modo que possibilite conduzir as informações fornecidas aos objetivos da pesquisa, mas também possibilitando emergir elementos não previsíveis a princípio. Também há a possibilidade de utilizar as discussões de grupo, uma vez que o campo da pesquisa será uma área de assentamento rural onde há uma tradição de processos de mobilização de grupos, o que possibilitaria utilizar essa modalidade para obter informações construídas coletivamente a respeito do objeto da pesquisa. No percurso da pesquisa serão utilizados recursos para o registro das informações obtidas, tais como: o diário de campo, gravações de áudios, fotografias e filmagens.

Também será realizado levantamento de informações junto à escola quanto às matrículas e conclusão das etapas de ensino, funcionamento, participação das famílias, etc, nas Secretarias municipal e estadual de educação quanto ao funcionamento das redes de ensino e ao INCRA a respeito da gestão da política de reforma agrária.

Problematização

Em geral, quando se observa um território em que as pessoas vivem com poucos recursos materiais logo se atribui a pobreza àquele lugar. O acúmulo ou mesmo o consumo de bens e serviços

é algo dado como balizador de qualidade de vida por uma sociedade que tem na produção e comercialização de mercadorias seu eixo-motor. Sair da pobreza ou melhorar a qualidade de vida quase sempre é compreendido como aumento da capacidade de se produzir e acumular riquezas materiais. Majoritariamente este tem sido o parâmetro de desenvolvimento utilizado pela sociedade ocidental (MARTINS, 2002, p. 52).

Contudo, esse modelo de desenvolvimento não abarca a diversidade de relações sociais e modos de vida os quais se apresentam na sociedade, como no meio rural, onde as pessoas

Nos seus distintos modos de existência no decorrer da história da formação social brasileira, teceram um mundo econômico, social, político e cultural que se produz, reproduz e afirma na sua relação com outros agentes sociais. Estabeleceram uma especificidade que lhes é própria, seja em relação ao modo de produzir e à vida comunitária, seja na forma de convivência com a natureza (CARVALHO; COSTA, 2012a, p. 28).

Não é razoável, pois tomar o mesmo parâmetro para realidades distintas. Deste modo, é que trago ao cerne da questão a perspectiva do Desenvolvimento Local como parâmetro que balizará a análise do objeto o qual pretendo pesquisar. Como referência, utilizarei o conceito de Desenvolvimento Local sintetizado por Amiguiño, como:

um impulso generoso, de carácter local e endógeno, assente na mobilização voluntária, cujo objectivo é originar acções com as quais se produzem sinergias entre agentes, tendo em vista qualificar os meios de vida e assegurar bem-estar social (AMIGUINHO. 2005, p.14).

Para compreender a especificidade camponesa é preciso compreender como característica peculiar a natureza e a dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social (COSTA; CARVALHO, 2012b). Minha opção da delimitação geográfica da pesquisa é a área de assentamento, tomando por referência o que afirma Sergio Pereira Leite:

Mesmo que ainda reduzido ante a forte concentração fundiária que marca o caso brasileiro, o número de projetos de assentamentos rurais vem aumentando, permitindo afirmar que existe certa “irreversibilidade” nesse processo e uma quantidade não desprezível de famílias que acionam o novo “estatuto” de assentado para a construção de novas formas de organizar a vida, a produção etc., bem como para acessar um conjunto de bens, serviços, mercados e políticas públicas. (LEITE, 2012, p. 110).

O que mais interessa nesse recorte é a perspectiva de que no assentamento os camponeses têm garantida a sua condição de existência que é o acesso à terra, podendo assim assegurar seu modo de vida, além de estar certificadas as condições formais/legais de acesso a políticas públicas, a exemplo da educação.

Outro elemento que define a delimitação desse projeto é o da Educação do Campo. Tomei por base a concepção forjada pela Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, que é o espaço de fundação desse conceito e campo teórico. Um dos pressupostos dessa construção é a luta pela universalização da educação como direito social de todos e todas os que vivem no campo. Além disso, passa pela crítica de que as formas tradicionais de desenvolverem-se as políticas públicas de educação rural foram desqualificadoras da própria existência do campo e dos seus sujeitos. Continua, com a reflexão de que é necessário uma Política Pública de Educação do Campo que contribua para reafirmar o campo como território legítimo de produção da existência humana e não só da produção agrícola. (CALDART, 2004).

Trazendo ao contexto do objeto, no Piauí, no início dos anos 2000, houve uma leva de instalação de Assentamentos Rurais pelo INCRA, sendo alguns deles capitaneados pela organização e liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras – MST. Um desses Assentamentos é o José Constâncio, localizado no município de Palmeirais-PI, distante 35 km da cidade e a 70 km de Teresina, capital do Estado. O assentamento foi instalado numa área de 2.125,84m² com capacidade para 82 famílias, em 25 de abril de 2005.

Em 2005, o próprio MST negociou a construção de escolas de educação básica nas recém-instaladas áreas de assentamento, o que se concretizou com o início de funcionamento das mesmas por volta de 2009. No Assentamento José Constâncio foi construída a Unidade Escolar Luiz Fernando Borges do Nascimento, inicialmente com duas salas de aula com a oferta do Ensino Médio e EJA noturnos. Alguns anos depois, a prefeitura passou a ofertar a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental, compartilhando o mesmo prédio escolar. As crianças matriculadas nos anos finais do ensino fundamental estudam numa escola em outra comunidade rural próxima ao assentamento.

Retomando a discussão de Desenvolvimento Local, Ladislau Dowbor acredita que as pessoas podem ser donas de suas próprias transformações econômicas e social, de que o desenvolvimento não se espera mas se faz, e que isso é uma das mudanças mais profundas operando atualmente no país (Dowbor, 2006, p.1). Dessa forma, para ele:

A ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão, e à necessidade de se formar pessoas que amanhã possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. [...] Para termos cidadania ativa, temos de ter uma cidadania informada, e isto começa cedo. A educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la (Dowbor, 2006, p.5).

É com base nessa afinidade entre educação e desenvolvimento local que se estabelece a problematização da pesquisa, com a seguinte questão: qual a relação entre a oferta de ensino da

Unidade Escolar Luiz Fernando Borges do Nascimento e o Desenvolvimento Local do Assentamento José Constâncio?

Considerações Finais

A Educação do Campo se sustenta em pressupostos que a princípio convergem para a concepção do Desenvolvimento Local, pois tem se constituído como uma das estratégias que pode provocar algumas transformações no campo brasileiro porque o resgata não só como espaço da produção, mas como território de relações sociais, de cultura, de relação com a natureza, enfim, como território devido (FERNANDES; MOLINA, 2004, p.8).

Associando a concepção de Educação do Campo à abordagem do Desenvolvimento Local, no contexto do assentamento da reforma agrária, acredito que é possível sustentar uma investigação que analise uma situação concreta e produza conclusões que sejam úteis à compreensão da sociabilidade no campo.

Agradecimentos

Para a realização desse trabalho conto com o apoio de pessoas e instituições às quais agradeço: aos meus pais, esposa e filha, pelo apoio afetivo; à Secretaria de Estado da Educação do Piauí, por me possibilitar os estudos afastado do trabalho; ao meu orientador Me. Marcos Paulo Campos, pelo trabalho conjunto; aos professores do curso, por compartilhar conhecimentos; aos amigos, pelo apoio motivacional; e aos colegas de curso, pela partilha das experiências dos estudos.

Referência

AMIGUINHO, Abílio. Educação em meio rural e desenvolvimento local. **Revista Portuguesa de Educação**, CIED - Universidade do Minho, Portugal, 18(2), pp. 7-43, 2005. Disponível em: <https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/amiguinho_2005.pdf>. Acesso em: 12 out. 16.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo. MOLINA, Monica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Org). **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília/DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.

CARVALHO, Horácio Martins de; COSTA, Francisco de Assis. Agricultura camponesa. In: CALDART, Roseli Salete et al (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e Desenvolvimento Local**. 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/2006/04/educacao-e-desenvolvimento-local-doc.html>>. Acesso em: 12 out. 16.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. MOLINA, Monica Castgna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Org). **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília/DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.

LEITE, Sergio Pereira. Assentamento rural. In: CALDART, Roseli Salete et al (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, n. 5, p. 51-59, Set. 2002. Disponível em: < <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper74.pdf>>. Acesso em: 12 out. 16.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.